

## PROTECÇÃO SOCIAL A NÍVEL DO INPS

**O governo decide aumentar os valores das pensões, abono de família, subsídio diário para despesas de evacuação, bem como outras prestações complementares atribuídas a nível do regime da previdência social vigente em Cabo Verde. A medida visa repor o poder de compra dos beneficiários do INPS e entrará em vigor logo após a sua publicação no Boletim Oficial, que deve acontecer a qualquer momento. Os aposentados e pensionistas, através da UNTC-CS e da sua associação ASAPOST, qualificam de razoável o aumento concedido, embora defendam que tal melhoria esteja longe de corresponder à média percentual (26,3%) de subida de vencimentos registada de 1997 a 2005 a nível da função pública. Apenas o subsídio em caso de morte, dizem ainda é irrisório se comparado ao custo elevado dos actos fúnebres.**



# Governo aumenta pensões

A decisão de actualizar as prestações sociais do INPS consta de três portarias conjuntas do Ministério das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade, já assinadas pelos seus respectivos titulares: João Serra e Sidónio Monteiro. Mas a oficialização dessa medida está apenas a depender da publicação de tais diplomas no Boletim Oficial, que deve acontecer a qualquer momento.

O executivo de José Maria Neves justifica a medida com o propósito de dignificar o valor da pensão social mínima e repor o poder de compra dos beneficiários da protecção social obrigatória assegurada pelo Estado de Cabo Verde através do INPS.

Conforme uma das portarias referidas, o reajuste das prestações em causa é feito de modo diferenciado, e vai beneficiar sobretudo as de valor mais baixo. Assim, a pensão mínima de velhice e invalidez vai subir de 4.200\$00 para 4.620\$00, um aumento de 10%.

A mesma norma trata da forma mais favorável as pensões de sobrevivência, já que a sua média, comparada às de velhice e invalidez, revela-se, segundo um estudo do INPS, manifestamente reduzida. Nesta prestação observa-se, uma grande concentração (cerca da 60%) dos valores pagos abaixo do valor da pensão mínima, estimado em 4.200\$00.

O governo avança, por isso, com um valor médio de 11,2% para actualizar tais pensões, assim distribuído: até 6.300\$00 a subida é de mais 500\$00; os assistidos com rendimento de 6.301\$00 até 12.600\$00 beneficiam de 7,5% de aumento; no escalão de 12.601\$00 até 33.600\$00 a melhoria vai ser de 5%. Os que auferem uma pensão superior a este último montante têm 2% de aumento. Uma actualização cujos custos decorrentes - relativos a esses quatro escalões de

prestações - representam um esforço financeiro superior a 9 mil contos anuais.

Relativamente às pensões de velhice e invalidez, os aumentos estão fixados da seguinte forma: 7,5% para os que recebem até 8.400\$00; os que estão no escalão que vai de 8.401\$00 até 16.800\$00 têm uma subida de 4%; aqueles que auferem uma pensão entre 16.801\$00 e até 25.200\$00 beneficiam de um reajuste de 3%; e os que recebem mais de 25.200\$00 vão ter 2% de aumento. Os encargos totais para actualizar essas pensões de velhice e invalidez ultrapassam, segundo as nossas fontes, 21 mil contos por ano.

## Reformados e outras prestações

O governo já aumentou também as prestações complementares. Assim, o abono de família mensal vai subir de 300\$00 para 400\$00 e o subsídio de aleitação evoluiu de 900\$00 para 1.200\$00. O subsídio por deficiência ficou fixado de seguinte forma: para os assistidos de até sete anos sobe de 900\$00 para 1.200\$00; o montante de 1.200\$00, antes estabelecido para beneficiários de mais de sete até 14 anos, passa para 1.600\$00; o subsídio de 1.200\$00, para reformados com idade igual ou superior a 14 anos, aumenta para 2.050\$00 mensal.

Mas as subidas não ficaram por aí. Relativamente ao subsídio de funeral, este sofreu mudanças conforme se segue: de 3000\$00, para assistidos de até cinco anos, subiu para 5.000\$00; a quantia de 5.000\$00 para segurados de cinco e até 14 anos ascendeu para 9.000\$00 e os do escalão de mais de 14 anos, que vinham auferindo 7.500\$00, passam agora a contar com 14.000\$00.

Os reajustes são igualmente extensivos às evacuações internas e externas, em

cerca de 25% e 50%, respectivamente. Com efeito, o subsídio diário único para despesas de estadia e transporte de segurados e familiares evacuados no país, sem acompanhamento, aumenta de 800\$00 para 1.000\$00, devendo tal prestação subir, para assistidos acompanhados, de 1.600\$00 para 2.000\$00. Quanto à evacuação para o estrangeiro nas primeiras situações, ou seja, sem acompanhante, o subsídio aumenta de mil para 1.500\$00 por dia. Para os transportados, com acompanhamento, o mesmo subsídio foi fixado em 3000\$00, contra os 2.000\$00 que constavam da tabela agora revogada.

Ainda em termos de evacuações internas, a medida do governo estipula para pensionistas ou familiares, auferindo uma pensão duas vezes e meia inferior ao salário mínimo da administração pública (Pensão 2,5 inferior SMAP), um subsídio, tendo ou não acompanhante, de 1.500\$00 e 3000\$00, respectivamente. Isto contra o estabelecido no dispositivo agora actualizado, que obrigava o Estado a assumir o valor integral das despesas de transporte e alojamento dos pensionistas enquadrados nesse escalão. No casos destes terem um rendimento duas vezes e meia superior ao salário mínimo da função pública (Pensão 2,5 superior SMAP), o subsídio diário de evacuação interna, sem ou com acompanhante, é fixado em 1000\$00 e 2000\$00, respectivamente.

Os custos da evacuação para o estrangeiro dos pensionistas pertencentes à última categoria referida permanecem, porém, como estavam na tabela anterior: o subsídio diário para os mesmos mantém-se, com ou sem acompanhante, em 2.500\$00 e 5.000\$00, respectivamente. Em relação àqueles cuja Pensão é 2,5 vezes inferior ao SMAP, o subsídio de

evacuação para o exterior, com acompanhamento, aumenta de 2.500\$00 para 3000\$00 e, o sem acompanhante, permanece em 5.000\$00 diários.

Entretanto, a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cabo Verde (ASAPOST), que reúne no seu seio mais de 150 membros, considera, na voz do seu presidente, que os aumentos referidos são globalmente consideráveis, excepção feita ao subsídio para o funeral “O aumento do subsídio de funeral é ainda irrisório, tendo em conta os custos dos actos fúnebres. Cito, a título de exemplo, o preço mínimo das urnas, que estão entre 50.000\$00 e 60.000\$00. O dinheiro que o Estado concede aos aposentados e pensionistas é ainda insuficiente para ajudar nas despesas em caso de morte”, observa Jorge Silves Ferreira.

A ASAPOST está filiada na UNTC-CS. Traduzindo o sentir desta, Virtolino Castro, secretário permanente do Sindicato da Indústria, Comércio e Serviços, comenta que o aumento em causa trouxe, de um modo global, algum benefício, mas que está longe de traduzir uma melhoria significativa na vida dos seus beneficiários, tendo em conta os aumentos salariais concedidos desde que, em 1982, foi criado o INPS. “De 1997 a 2005 o salário em Cabo Verde teve uma actualização na ordem dos 26,3%, tendo em conta a taxa de inflação registada. O normal seria que as prestações asseguradas através do INPS fossem também actualizadas num intervalo de tempo mais curto, tal como vem acontecendo com a subida dos vencimentos a nível da administração pública”, conclui o responsável máximo do SICS, sindicato em que estão filiados os reformados e pensionistas de S. Vicente.

Alfrio Dias de Pina

**Alberto Barbosa Jr. é o nome escolhido pelo ministro das Finanças para chefiar a Direcção-Geral das Alfândegas. Uma outra novidade é que o Governo pretende cobrar os cerca de dois milhões de contos em fiança e outros créditos malparados que se encontram na posse de operadores privados e não só.**



# ALBERTO BARBOSA

## novο director-geral das Alfândegas

O super-intendente Alberto Barbosa Jr. (foto) é o nome escolhido pelo ministro João Serra para director-geral das Alfândegas, substituindo assim Adriano Brazão, que se demitiu dessas funções na semana passada depois de divulgado, por este jornal, o teor do relatório da sindicância realizada àquele departamento do Estado no qual se descreve um quadro de alegada corrupção quase generalizada naqueles serviços.

Alberto Barbosa Jr., actualmente assessor do ministro da Administração Interna, é o mais alto graduado da polícia cabo-verdiana e está neste momento envolvido no projecto da unificação das diversas polícias existentes no país. Ele foi também comandante-geral da Polícia de Ordem Pública nesta governação, tendo sido antes responsável da Guarda Fiscal. Portanto, segundo as nossas fontes, trata-se de um quadro que conhece os meandros aduaneiros já que, enquanto responsável da Guarda Fiscal, lidou de

perto com essa problemática.

Mas as novidades não ficam por aqui. **A Semana** apurou que o governo pretende proceder à cobrança dos cerca de dois milhões de contos em fiança e outros créditos malparados que se encontram na posse de operadores privados e não só. Um despacho nesse sentido acaba de ser ordenado pelo ministro das Finanças e do Planeamento, João Serra, que dá à DGA um prazo de 60 dias para cobrar essa dívida.

Com isso, João Serra assume na prática o teor do relatório da sindicância, para quem mais de dois milhões de contos encontram-se na posse de operadores privados e públicos por inoperância das Alfândegas.

**A Semana** apurou, por outro lado, que os inspectores que realizaram a sindicância reafirmam os valores e os dados apurados pelo seu trabalho, recusando assim a contestação apresentada na edição anterior deste jornal pelo demissionário director-geral das Alfândegas, bem como de

alguns dos cidadãos visados pela sindicância e retomada nesta edição pelo director da Alfândega da Praia. Um dos pontos contestados por Adriano Brazão, recorde-se, é o de que mais de 16 mil contentores entraram no país em situação irregular, deixando de pagar ao Tesouro acima de 800 mil contos.

Segundo fomos informados, a sindicância procedeu a um levantamento meticuloso de todos os contentores, registando-os um por um, mais os respectivos valores. "*Esse trabalho foi feito com a ajuda de um técnico, que introduziu no computador os casos detectados. Por isso, o senhor Adriano Brazão não tem razão quando contesta a situação dos contentores*", afirma a nossa fonte.

Esta reafirma também que apenas três por cento das mercadorias que entram no país são inspeccionadas pelas Alfândegas, salientando que há países em que a verificação não passa dos 12 a 15%. "*Na verdade, todas as mercadorias pas-*

*sam pelas alfândegas, mas apenas uma pequeníssima quantidade, ou seja, três por cento são inspeccionados. Portanto, não há nenhum exagero na afirmação de que apenas três por cento das mercadorias passam pelas alfândegas se por "passam" se entender fiscalização*", afirma.

### DGCI TAMBÉM

Em maré de sindicância, o ministro João Serra já ordenou também uma inspecção à Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, sector considerado estratégico para a administração do Estado, tal como as Alfândegas. Ao que fomos informados, aquele governante quer apurar situações de alegada negligência na cobrança coerciva dos contribuintes faltosos ou relapsos. Para o efeito, uma equipa de inspectores foi já nomeada com a missão de, num prazo de 60 dias realizar a inspecção na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.



## AN CHUMBA CONTAS DO ESTADO DA II REPÚBLICA

O chumbo das Contas Gerais do Estado (CGE) referentes ao período que vai de 1991 a 1993 foi um dos pontos que marcou a última sessão parlamentar deste mês. A bancada do PAICV justifica ter votado contra a aprovação de tal documento, por entender que o mesmo contém várias irregularidades e ilegalidades, confirmadas pelo Tribunal de Contas. O MpD contrapõe dizendo que o voto contra do partido do governo enquadra-se na campanha eleitoral que já começou e que o PAICV não tem moral para fazer tamanha exigência às suas contas.



JORGE QUERIDO

ADALBERTO SILVA

# Entre ilegalidades e propaganda política

As Contas Gerais do Estado referentes ao período que vai de 1991 a 1993 foram chumbadas na sessão parlamentar deste mês. O facto de a maioria ter votado contra é visto como uma penalização à gestão do primeiro governo do MpD, então chefiado por Carlos Veiga. Exceptuando essa consequência política, tal decisão não acarretará qualquer responsabilidade criminal que exija intervenção do Ministério Público.

É que, na perspectiva de alguns deputados, Cabo Verde está desprovido de uma lei que exija a responsabilização dos titulares de cargos políticos por crimes que cometem no exercício da sua função. Além do mais, lembram as mesmas fontes, um projecto de lei nesse sentido, levado à AN pelo PAICV, foi inviabilizado por duas vezes pelo MpD, já que para a sua aprovação são exigidos votos de dois terços dos deputados.

O partido do governo, através de Jorge Querido, sustenta ter votado contra a aprovação das ditas contas do governo do MpD, por entender que elas estão

preenchidas de irregularidades e ilegalidades. “O próprio Tribunal de Contas confirma que as CGE referidas estão preenchidas de irregularidades e ilegalidades, das quais se destacam despesas realizadas que ultrapassam as dotações orçamentais”, analisa aquele deputado, para quem, nessas circunstâncias, cabia ao executivo de então solicitar à Assembleia Nacional uma autorização para o reforço da verba orçamental.

Querido avança que o TC emitiu um parecer técnico sobre as contas em causa, admitindo que, apesar das irregularidades e ilegalidades detectadas, não se opunha à aprovação das mesmas. “Só que o TC dá um parecer técnico, mas não aprova as Contas Gerais do Estado. Esta é uma competência exclusiva do parlamento. A AN chumbou a aprovação de tais contas, porque não pode branquear irregularidades e ilegalidades cometidas por quem quer que seja”.

Posicionamento bem diferente tem a bancada ventoinha. O porta-voz desta, Adalberto Silva, contrapõe que o Tribu-

nal de Contas reconheceu que, por insuficiência de informações, as Contas Gerais do Estado referentes ao período acima indicado não espelhavam a total realidade financeira do Estado naquela ocasião, ao mesmo tempo concluindo que tal facto se deveu à situação de completa desorganização da administração financeira do Estado nessa altura. “Ainda assim, o TC disse que não punha objecção para a AN aprovar as CGE. Mas a bancada do PAICV propôs uma resolução para a não aprovação de tais contas. Trata-se de uma atitude de propaganda política do PAICV, enquadrada na campanha eleitoral, que já começou”.

Silva fundamenta que as insuficiências mencionadas têm a ver com a desorganização da administração financeira do Estado, herdada da I República, altura em que não houve sequer condições para se apresentar as Contas Gerais do Estado. “Achamos, por isso, que o PAICV não tem moral para fazer as exigências referidas, porque durante os anos da sua governação nunca apresen-

tou quaisquer Contas do Estado”.

Os parlamentares também aprovaram uma resolução que altera a composição das sete Comissões Especializadas a funcionar junto da AN. A de Finanças e Orçamento, que antes era presidida por Adalberto Silva, passa a ser chefiada por Orlanda Ferreira, eleita do MpD. “Pedi a minha demissão do cargo de presidente da CE de Finanças e Orçamento por falta de condições de trabalho e por haver tentativas de intromissão nas acções da Comissão com o único intuito de desactivar o seu presidente”, alega Adalberto Silva.

Sobre este particular, não nos foi possível ouvir o presidente da AN, Aristides Lima, que se encontra no Brasil a participar nos trabalhos do Parlamento da CPLP. De salientar que, na sessão Parlamentar deste mês, foram ainda discutidas outras matérias de interesse para a vida política nacional, e nela foi aprovada, por unanimidade dos eleitos da nação, a lei que cria o Tribunal Constitucional de Cabo Verde.

ADP

CN DO PAICV REÚNE-SE

# Estado-maior vai preparar legislativas

*O Conselho Nacional do PAICV vai estar reunido, nos dias 26 e 27 de Fevereiro próximo, na Praia, para essencialmente debater e aprovar a estratégia da transformação de Cabo Verde. A convocação de uma reunião do estado-maior dos tambarinas, que deverá recolher subsídios para a elaboração da Plataforma Eleitoral para as legislativas de 2006, constitui, por outro lado, uma das acções de destaque da agenda política para o ano de 2005, a ser aprovada durante os trabalhos deste próximo CN.*

O PAICV e a estratégia da transformação de Cabo Verde constitui um dos pontos importantes da ordem do dia na próxima reunião do Conselho Nacional desse partido, a decorrer entre os dias 27 e 29 de Fevereiro, na Praia. De acordo com a nossa fonte, um documento já debatido a nível da Comissão Política, contendo orientações para o PAICV continuar com o processo de transformação de Cabo Verde, vai ser apresentado e de novo discutido durante a referida sessão do CN. "A intenção é apresentar e debater o citado documento e recolher as contribuições dos conselheiros com vista ao seu enriquecimento".

A um ano das legislativas de 2006, vai estar também em debate a Agenda Política do PAICV para 2005. **A Semana** está em condições de avançar que um dos momentos altos da vida dos tambarinas será a realização, no decurso deste ano, de um encontro do estado-maior daquele partido. O objectivo, sustenta a nossa fonte, é reunir a família do PAICV para, numa reflexão que contará com a presença de militantes, quadros e personalidades independentes, debater e recolher subsídios para a Plataforma Eleitoral do partido nas legislativas de 2006.

Além desta tarefa, a Agenda Política do PAICV para o ano em curso incluirá várias outras actividades. Neste momento continua a funcionar o Gabinete Eleitoral, criado antes das eleições autárquicas de 2004. O mesmo é coordenado por Adão Rocha, integrando ainda Eduardo Monteiro, José Domingos de Pina e Fernando Ortet, todos membros do PAICV.

Mas outras matérias relacionadas com a organização e funcionamento da máquina partidária estarão também em análise nesta sessão de Fevereiro do CN. Vai ser eleito um novo membro da Comissão Política, para substituir Carlos Burgo. É que este deixou de integrar a CP, por ser incompatível com a função de governador do Banco de Cabo Verde, que Burgo exerce actualmente.

E não está ainda claro se, neste ponto, o CN vai ou não eleger um novo Secretário-geral do PAICV, um cargo que vem sendo desempenhado, cumulativamente com o de líder parlamentar, por Rui Semedo. Conforme informações recolhidas por este jornal, as estruturas concelhias defendem um SG a tempo inteiro, tal como a CP havia decidido numa das suas últimas sessões ordinárias do ano de 2004.

De acordo com a nossa fonte, o órgão máximo dos tambarinas entre os congressos deverá, por outro lado, debater e aprovar o relatório de contas referente ao ano de 2004, bem como o orçamento do PAICV para 2005. De salientar que esta reunião do CN estava prevista para acontecer em Novembro do ano passado.

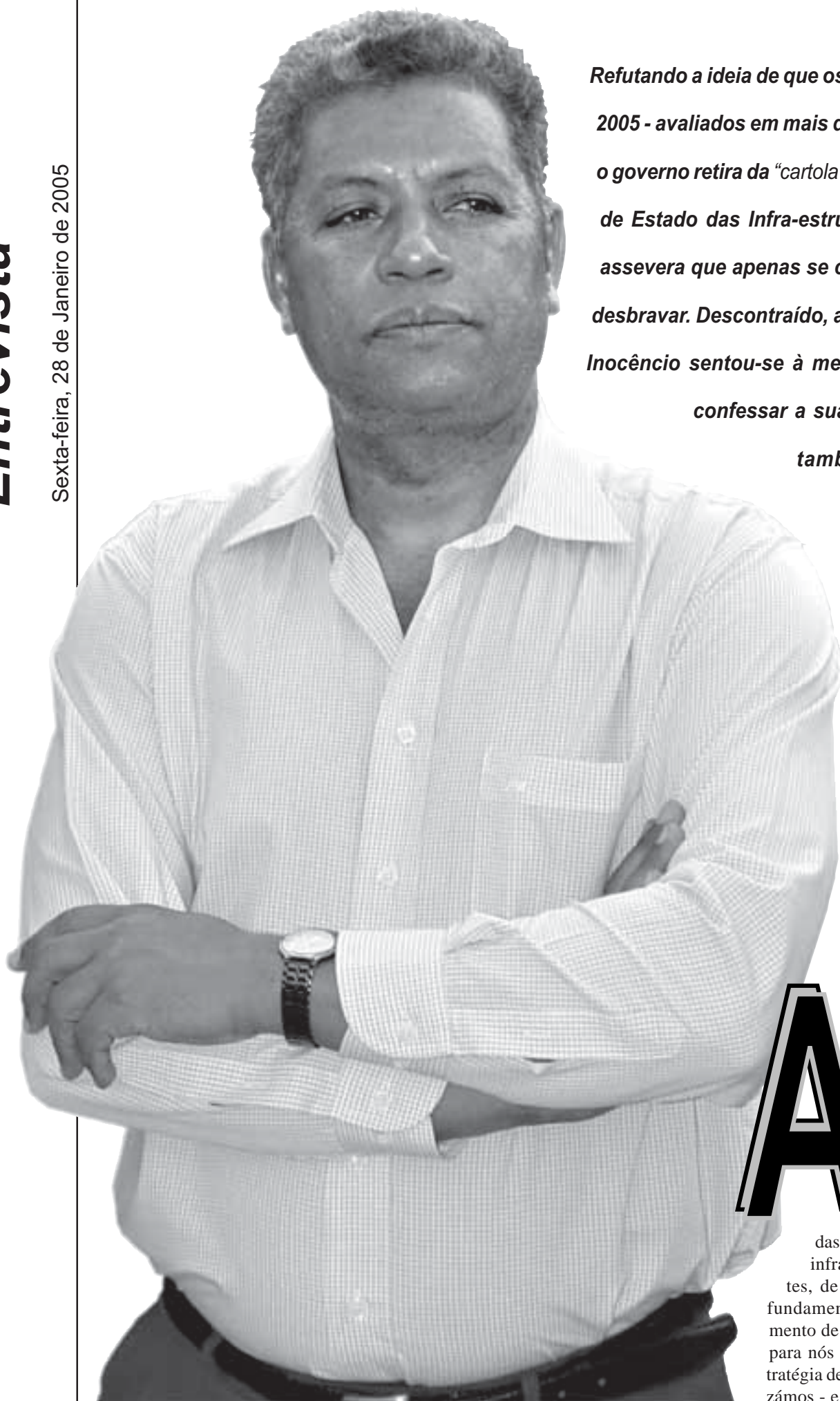




# “Foi preciso desbravar terreno para colher frutos”

Entrevista

Sexta-feira, 28 de Janeiro de 2005



*Refutando a ideia de que os projectos de infra-estruturação em carteira para 2005 - avaliados em mais de oito milhões de contos - sejam um “coelho” que o governo retira da “cartola” para vencer as próximas Legislativas, o ministro de Estado das Infra-estruturas e Transportes, Manuel Inocêncio Sousa, assevera que apenas se colhem os frutos de um terreno onde foi preciso desbravar. Descontraído, após um intenso dia de trabalho em Santo Antão, Inocêncio sentou-se à mesa com o jornalista de A Semana para não só confessar a sua “paixão” pelo trabalho que tem realizado, mas*

*também falar da estratégia de desenvolvimento integrado de Cabo Verde, a partir das infra-estruturas e transportes. Neste exclusivo, aquele governante anuncia ainda o arranque das obras para modernizar e ampliar os aeroportos da Boa Vista e de São Vicente, a reformulação do Fundo Rodoviário e muitos outros projectos. E não descarta uma eventual candidatura sua à Presidência da República.*

Por: JOÃO ALMEIDA MEDINA

**A**inda há pouco, afirmou que a estrada era fundamental para a vida de uma sociedade. Quer contextualizar essa ideia?

- Falei de estradas mas poderia referir que as infra-estruturas e os transportes, de uma maneira geral, são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer país, mormente para nós país arquipelágico. A estratégia de desenvolvimento que gizamos - e que o governo está a im-

plementar neste momento, fundamentando-se especialmente no desenvolvimento do turismo; nos serviços ligados aos transportes, tanto aéreos como marítimos; na natureza do nosso país... - faz do aperfeiçoamento das infra-estruturas e dos transportes um elemento crucial para a viabilização de Cabo Verde, pois, para desenvolvermos o turismo, precisamos fazer que todas essas ilhas participem neste processo. Não podemos continuar, como estamos neste momento, com o acesso dos turistas facilitado apenas na ilha do Sal.

- Com essa ideia quer justificar a aposta nos aeroportos internacionais



**“Mantemos essa data (deste trimestre para a inauguração do Aeroporto da Praia) porque o processo de certificação da infra-estrutura está a andar bem. Já temos, de resto, uma equipe de consultores que vai apoiar a Agência de Aviação nesse processo. E o cronograma estabelecido com essa equipa permitir-nos manter esse horizonte para finais desse primeiro trimestre”.**

#### **para as ilhas de Santiago, Boa Vista e São Vicente?**

- De facto, temos de criar condições para os turistas chegarem directamente a outras ilhas com potencialidades para o desenvolvimento turístico, mas também fomentar o sistema de transporte inter-ilhas de forma a facilitar a circulação de pessoas e bens em todas as ilhas. Isso é um elemento crucial para o desenvolvimento do turismo, daí os novos aeroportos de que vimos falando. É o caso do da Praia que terá operacionalidade proximamente, mas também dos novos aeroportos internacionais que vão a arrancar: o da Boa Vista, que será um projecto de expansão e modernização do actual, arrancou já; e o de São Vicente, cujo dossier está suficientemente avançado para pensarmos no arranque no fim do primeiro trimestre ou início do segundo trimestre deste ano.

#### **- Nesses aeroportos, estamos a falar de investimentos de que ordem?**

- Para o da Boa Vista e o de São Vicente, falamos de investimentos a rondar os quinze milhões de dólares. Portanto, para os dois aeroportos pode-se falar em cerca de três milhões de contos para a sua ampliação e modernização, de forma a poderem receber voos charters directos.

#### **- Quanto ao aeroporto internacional da Praia, há mesmo garantias que será inaugurado no final desse primeiro trimestre?**

- Mantemos essa data porque o processo de certificação da infra-estrutura está a andar bem. Já temos, de resto, uma equipe de consultores que vai apoiar a Agência de Aviação nesse processo. E o cronograma estabelecido com essa equipa permitir-nos manter esse horizonte para finais desse primeiro trimestre.

**- Entretanto, circulam informações segundo as quais há alguns problemas ainda por resolver que poderiam adiar a inauguração. E um desses problemas seria o valor de 40 mil contos que a Electra terá solicitado para prestar o serviço de iluminação na referida infra-estrutura. Valor esse que a ASA achou exagerado.**

- Tudo isso é mero ruído. Não há problemas e, repito, mantemos o horizonte de finais do primeiro trimestre pelas razões já referidas.

#### **- E o projecto de um novo aeroporto de Santo Antão, no Porto Novo. Para quando pode-se contar com isso?**

- Santo Antão é uma ilha com grande potencialidade turística - ao contrário do que muita gente pensa -, precisa de um aeroporto, e neste ano ainda vamos desenvolver a primeira etapa do seu futuro aeroporto, que será um estudo de

viabilidade. De qualquer forma, estou convencido de que, com a expansão do aeroporto de São Vicente e com a qualidade de transporte marítimo que já temos entre as duas ilhas, haverá um forte incremento do turismo nessa região. Santo Antão vai beneficiar disso, mas futuramente teremos um aeroporto também na ilha.

#### **MODERNIZAR PORTOS**

#### **- Agora que falou na ligação entre S. Vicente e S. Antão, não acha que está na hora de reformar a estrutura portuária no Porto Novo, para oferecer maior comodidade aos utentes?**

- Toda a infra-estrutura portuária do país precisa de ser modernizada e adaptada. Como sabe, tal como acontece com a ligação S. Vicente/S. Antão e agora com Praia/S. Vicente, o futuro do transporte marítimo inter-ilhas é o *roll on/roll off*. Neste momento, já temos duas unidades que fazem esse percurso, mas os próprios armadores pretendem expandir a sua rede de transporte para cobrir todas as ilhas com o mesmo sistema, o que será um passo importante para a integração das ilhas. E isso exige que adaptemos o nosso sistema portuário a essa nova realidade, por isso precisamos de modernizar e expandir vários dos nossos portos. Começaremos este ano com o da Praia e provavelmente com o da Palmeira. Logo a Enapor vai iniciar também o estudo de desenvolvimento dos do Porto Novo e da Boa Vista. Assim, vamos estabelecendo as prioridades.

Para já, lançou-se a primeira pedra da nova via de acesso ao porto do Porto Novo. A nova via de acesso é projecto que vai iniciar nos próximos dias, mas aí trata-se de uma intervenção de urgência para descongestionar a entrada do porto. O desenvolvimento trará muito mais do que isso.

#### **- Ainda falando nas infra-estruturas portuárias, lembro-me de se falar num cais de pesca ou de um porto para a Ponta do Sol. Que andamento teve o processo?**

- Não haverá um porto em Ponta do Sol. O que dissemos e acreditamos que possa ser factível, e essa é a expectativa dos pescadores, é que se melhore essa pequena infra-estrutura na Boca de Pistola. Prometemos isso e estamos a trabalhar no processo.

#### **- Mas existia um projecto para um novo cais ou porto?**

- Há um projecto para novos cais de pesca no país, e Ponta do Sol está incluído nesse pacote. De facto, chegou-se a elaborar os estudos técnicos, mas quem financiou os estudos - e que deveria financiar as construções - depois

considerou-os demasiado caros e inviáveis, não avançando com o financiamento. Portanto, neste momento só há estudos técnicos... E como ainda procuramos um financiador...

#### **- E quanto às rodovias? A criação do Instituto de Estrada faz pressupor que estamos frente a um sector estratégico?**

- O Instituto de Estrada faz parte de uma reforma do sector rodoviário, que inclui grandes investimentos para o desenvolvimento da rede de estradas do país. Aliás, desde que assumimos a governação teremos investido três milhões e meio de contos em novas rodovias do país: no Sal, em Santiago, na asfaltagem das ruas do Mindelo, e na estrada para o aeroporto de S. Vicente, e na estrada Porto Novo/ Janela, em curso...

#### **- E para os próximos tempos?**

- ... Temos também em carteira projectos de vulto - e que vão arrancar durante este ano - que totalizam mais de oito milhões de contos.

#### **- Que projectos?**

- Neste conjunto, temos a estrada que ligará Praia a São Domingos, para dar continuidade à que fizemos para ligar São Domingos à Assomada; está a circular da Praia que será uma obra estruturante para a cidade; a reabilitação do anel do Fogo. E, para além desse pacote, temos um outro com o Banco Mundial, que inclui novas reabilitações de estradas em praticamente todas as ilhas do país.

#### **- É o pacote que inclui o acesso ao Tarrafal de Monte Trigo?**

- Trata-se de uma nova etapa. Esse não terá execução em 2005.

#### **- Portanto, todos aqueles projectos que referiu serão executados já em 2005?**

- Sim. Isso quer dizer que, para além de novas estradas, adoptámos o princípio de fazer a nova rede principal de estradas em pavimento-asfalto. Com todos esses investimentos, precisamos de medidas e de políticas que garantam a devida administração, manutenção e conservação de toda essa rede no futuro. Então, pensámos que era a altura de dar suporte institucional a isso e criámos o Instituto de Estradas, cuja tarefa é planear a continuação do desenvolvimento da rede, além de gerir e conservar a já existente. Para além do IE, temos o Fundo Rodoviário que está a ser reformado, pois passará a ser um fundo de segunda geração. Ou seja, vamos utilizar o princípio do utilizador/pagador, introduzindo uma cobrança através dos combustíveis, para alimentar esse fundo que estará à disposição do IE. E isso nos vai garantir as condições financeiras para a manutenção regular de toda a rede de estradas nacionais com base

num modelo de prestação de serviço.

#### **- E isso vai encarecer os combustíveis, ou não?**

- De imediato, não. Aliás, ainda não definimos o modelo exacto, porém vamos fazer tudo para que o preço do combustível não aumente por causa disso.

#### **- Esse investimento nas infra-estruturas e nos transportes, insere-se na lógica de que, tendo boas estradas, portos e aeroportos, é possível integrar melhor esse arquipélago, minimizando a necessidade de construir diversos equipamentos sociais como hospitais, por exemplo, ainda assim servindo a população com a mesma eficácia lá onde ela esteja?**

- Certamente. Toda a nossa visão é integrada. Dou-lhe só um exemplo: viabilizámos a melhoria do transporte marítimo entre Mindelo e Santo Antão, e a próxima etapa será ter um tipo de transporte *roll on/roll off* rápido, por isso preconizámos a adaptação do porto do Porto Novo, perspectivando um projecto de modernização e expansão. Iniciámos também uma nova via de acesso que ligará o porto à estrada Porto Novo/Janela. Fazendo isso, facilita-se o acesso ao Paul. Mas porque no Paul existe uma descontinuidade, provocada pela ribeira, há um pacote com o BM para desenvolver o nó rodoviário do Paul este ano, permitindo realizar uma ponte que dê continuidade a essa estrada. Chegando à Ribeira Grande, temos outra vez o nó rodoviário onde faremos, igualmente, as pontes para permitir a continuidade de circulação até às vias de penetração aos diversos vales. Portanto, estamos a combinar o transporte aéreo, marítimo e o rodoviário para fazer a verdadeira integração deste país, com o objectivo de facilitar tudo: o acesso à saúde, a circulação das mercadorias e das pessoas, etc. Aliás, se falamos de turismo, todas essas ilhas têm condições para serem integradas num produto turístico multifacetado em Cabo Verde. E é esse desenvolvimento integrado do sistema de transporte que nos vai viabilizar isso.

#### **PRIVATIZAÇÃO DA TACV**

#### **- Já que referiu ao sistema de transporte, há dias disse no Parlamento que a TACV poderá ser privatizada em 2006. Quais os indicadores que leva o senhor a dar tal garantia?**

- Tenho razões suficientes para ter confiança que o processo de reestruturação da TACV terá o seu desfecho em 2006, com uma privatização bem sucedida. A empresa vem recuperando francamente nos últimos dois anos, e terão lugar acontecimentos este ano que contribuirão fortemente para a viabilização



# “Os nossos parceiros

da mesma: a abertura do Novo Aeroporto Internacional da Praia, e o provável início dos voos intercontinentais para o Brasil e para os EUA com os aviões da própria TACV. Para além disso, no quadro da nova estratégia de privatização acordada com o Banco Mundial, vamos aprofundar, com o suporte de uma empresa especializada, o processo de reestruturação global da Companhia. Com a colaboração dos quadros e de todo o pessoal da TACV, teremos no final deste processo uma empresa mais sólida e muito mais atractiva que despertará, com certeza, o interesse de investidores.

**- Fala-nos agora das “pequenas” infra-estruturas, que são direccionadas para servir mais directamente as comunidades.**

- Sim. É que ao mesmo tempo que falamos das grandes infra-estruturas, que vão permitir a integração do país e levá-lo a uma nova etapa, desenvolvemos acções que beneficiarão directamente as diversas comunidades do país. E é nesse quadro que se enquadram os contratos-programa que assinámos com as associações comunitárias, como um contributo financeiro às iniciativas dessas organizações. Sabemos que elas vão desenvolver esses projectos, resolvendo problemas concretos da sua comunidade - neste caso o acesso dessas comunidades à rede principal de estradas. Penso mesmo que merecemos um melhor futuro e este governo - com a estratégia que gizou, o esforço que fez até hoje para reforçar a imagem e a atractividade de Cabo Verde, e os grandes investimentos que faz neste momento - criou as condições para iniciarmos essa quarta década da nossa existência como Estado num outro patamar de desenvolvimento.

**- Acha, contudo, que as obras estão entregues em boas mãos? Sente-se tranquilo quando entrega esse tipo de trabalho - abertura de troços de estradas - às associações?**

- Absolutamente tranquilo, porque são associações que já deram prova. A AMAFAJÁ e a Associação de Ribeirão (da ilha das montanhas), por exemplo, já provaram que são organizações comunitárias empenhadas em contribuir para o desenvolvimento das suas comunidades. E eu sei que o montante que vou pôr à disposição dessas instituições vai ser altamente rentabilizado. O resultado noutras circunstâncias talvez fosse menos. Agora, com esse mesmo montante nas mãos das associações, se calhar será duplicado, com a participação da comunidade.

**- Mas têm capacidade técnica para este tipo de obra?**

- Para esse trabalho que vão fazer já têm capacidade técnica. Para além disso, estamos à disposição para prestar a assistência técnica que for necessária.

**- Entretanto, propondo esse volu-**



**“Neste momento chegamos a qualquer banco de desenvolvimento ou comercial europeu e não nos é difícil conseguir crédito para qualquer projecto de investimento em Cabo Verde”.**

**me do investimento a um ano das eleições, isso não pode ser entendido que o governo está a tirar “um coelho da cartola” com vista à vitória nas legislativas?**

- É uma interpretação que não corresponde à realidade dos factos. Poderia ser coincidência, mas nem isso é. Este é um processo, resultado desta governação. Quando assumimos a gover-

nação, em 2001, o país estava, do ponto de vista económico-financeiro, numa situação difícil: tínhamos uma situação de endividamento forte, as nossas finanças públicas estavam desreguladas, havia uma perda de credibilidade junto dos nossos parceiros, vários projectos estavam bloqueados por causa dos nossos atrasados na dívida externa. Portanto, os dois/três primeiros anos foram de trabalho, para sanear a situação má existente e recuperar a credibilidade do país junto de todos os nossos parceiros de desenvolvimento. Fruto deste trabalho, a partir de 2004 surgiu a perspectiva de, por exemplo, transformar a ajuda em projectos de alguns dos nossos parceiros em ajuda orçamental. Mas também vimos o acesso ao crédito facilitado. Neste momento chegamos a qualquer banco de desenvolvimento ou comercial europeu e não nos é difícil conseguir crédito para qualquer projecto de investimento em Cabo Verde. É esse percurso feito que nos permite, neste momento, ver os resultados e avançar com essas parcerias que achamos fundamental para o desenvolvimento integrado e para o qual todos temos de contribuir ao nível de cada um: como indivíduo, como associações, como comunidade.

**- Quer dizer que estamos a pôr fim a um ciclo político-económico difícil?**

- Exactamente. Estamos a ter fortes resultados do esforço que fizemos ao longo destes três anos, e sobretudo da visão e da estratégia de desenvolvimento que nós construímos. Os nossos parceiros acreditam neste momento nessa estratégia e estão a investir connosco nela. Se tivéssemos encontrado uma situação diferente, talvez tudo isso tivesse arrancado no ano passado ou há dois anos. Foi preciso desbravar o terreno para podermos estar a colher frutos neste momento.

**MCA**

**- Os recursos do Millennium Challenge Account estão para chegar a**

## MINISTRO PRESIDENTE

Inocêncio Sousa não descarta a hipótese de se candidatar à presidência da República, com o apoio do PAICV. E sem se alongar muito neste assunto, vai dizendo que está “disponível para qualquer desafio político”. No entanto, prefere falar por ora do MCA, das comunicações e de outros projectos do MIT.

**- Depois de ter passado pelos Negócios Estrangeiros e agora pelo MIT, sente que já cumpriu o seu papel para com os cabo-verdianos? Ou terá algo mais a dar?**

- Não... eu fiz a missão das relações exteriores do país

durante dois anos e penso que contribuí, também, para essa recuperação da imagem de Cabo Verde e/ou o nosso relançamento no plano internacional. Estou a cumprir agora esta missão a nível da infra-estruturação do país com o mesmo prazer. Mas, sempre, dediquei-me à política, desde a minha juventude, por Cabo Verde. Tive a feliz possibilidade de, ainda, contribuir para a Independência deste país, e desde então o que mais me estimula é trabalhar por Cabo Verde. E enquanto eu tiver energias e capacidade, vou continuar a dar a minha contribuição da forma que me for possível dar.

# s acreditam em nós”

## Cabo Verde, em que sectores vão ser investidos?

- O programa do MCA continua a ser negociado. Mas ele terá um forte pendente nas infra-estruturas rurais - obras de captação de águas pluviais, de rega, estradas e acessos rurais, electrificação rural. Terá ainda um pacote importante para as infra-estruturas e transportes: aí temos incluído a modernização e a expansão do porto da Praia, mas também investimentos no nosso sistema educativo - especialmente a Universidade de Cabo Verde - para além de estudos que nos vão permitir perspectivar novas etapas de desenvolvimento das infra-estruturas e do turismo. Estes são os sectores fundamentais do desenvolvimento de Cabo Verde.

**- Com o volume de obras que se preconiza, não tem receio que venha a faltar mão-de-obra especializada - como de resto, está a acontecer em alguns casos, Estrada Janela/ Porto Novo, por exemplo - para dar vazão a tantos projectos?**

- Há um fenómeno em Cabo Verde que é preciso registar: temos um nível de desemprego elevado, temos reivindicação de criação de mais emprego público em vários pontos do território nacional, mas também estamos a ter, ao mesmo tempo, dificuldades em conseguir mão-de-obra para o desenvolvimento dos grandes projectos de infra-estruturação do país. Também já estamos a ter imigrantes a trabalharem na construção civil em Cabo Verde - e provavelmente isso continuará a acontecer porque, à medida que o volume de obras vai aumentando no país, perspectivamos que isso possa atrair mais candidatos para trabalhar em Cabo Verde.

Por outro lado, teremos é que continuar a investir na formação profissional, de modo a que a nossa gente ocupe funções mais qualificadas no próprio sector da construção e, enfim, tenha acesso a outros sectores da economia porque já não está a ser muito atractivo para a nossa juventude o emprego não qualificado na construção civil. A esco-

larização avançou muito e a população já não se satisfaz com o trabalho não qualificado a nível da construção.

**- Falando na Estrada Janela/Porto Novo, resolveu-se, de facto, o problema das propriedades na frente de Janela? É que há a impressão de que a frente do Porto Novo tem avançado muito mais.**

- Isso é uma realidade. A frente do Porto Novo desenvolveu-se sem qualquer constrangimento porque estamos a trabalhar numa área absolutamente desértica, onde nunca houve agricultura, não há nenhum problema de propriedade. Do lado da Janela, que é uma zona agrícola, terrenos privados, foi extremamente difícil conseguir a anuência de uma lista grande de proprietários para desenvolver a obra. Felizmente, conseguiu-se já o acordo com todos os proprietários implicados, pelo menos na zona de saída da Pontinha de Janela, e pelo menos desde Novembro estão reunidas todas as condições administrativas para a obra se desenvolver. Entretanto, os equipamentos que o empreiteiro havia mobilizado para essa frente foram reforçar a do Porto Novo e, neste momento, tiveram de remobilizar esses meios para reiniciar essa frente e acredito que, nos próximos dias, ela vai arrancar com o mesmo ritmo que a do Porto Novo.

**- Voltando atrás, referiu-se aos montantes a serem investidos em 2005, mas não falou do número de empregos a serem criados.**

- Neste momento, é-me difícil falar de números exactos, porém será um número elevado. Só nesses pequenos contratos para reparação e manutenção de estradas, abertura de acessos, vamos criar dois mil postos de trabalho. O Programa de investimentos no seu total vai criar cinco mil empregos, portanto essas obras vão criar muitos

postos de trabalho neste país durante um ano.

## COMUNICAÇÕES

**- Quando é que os cabo-verdianos podem ter comunicações mais baratas e acessíveis à maioria?**

- Todo o esforço que desenvolvi no MIT vai no sentido de criar condições para chegar aí. Fizemos uma intervenção legislativa importante para criar a base legal para introduzir alguma concorrência no sector das telecomunicações - a lei de interligação e vários outros diplomas que são fundamentais para isso - criamos a instituição que nos vai dar suporte para regular o mercado com o operador histórico e com os novos operadores, e lançamos o concurso público para licenciamento nos telefones móveis, bem como na TV por assinatura. E temos também a abertura, neste momento, para aceitar novos operadores na prestação do serviço da Internet. Portanto, criamos as condições, abrimos os concursos e estamos esperançosos de que apareçam operadores interessados no nosso mercado, para virem aqui contribuir também para a melhoria da qualidade de serviço e para a diminuição das tarifas até agora praticadas em Cabo Verde.

**- Já se falou no interesse de empresários chineses, tem sinais neste sentido?**

- Em relação ao concurso para a rede móvel, já há um grupo de operadores que adquiriram um dossier do concurso, quer dizer que se interessaram pelo mesmo. Veremos agora se, depois de estudarem o dossier, vão apresentar uma proposta de investimento.

**- De que países são esses interessados?**

- Vão desde os EUA à França, passando pelo Senegal e outros países.

## A PAIXÃO DO ENGENHEIRO

- Sr. Ministro, sen-

**te que o engenheiro Manuel Inocêncio está a impor o seu perfil nos domínios das infra-estruturas e do ordenamento territorial em Cabo Verde?**

- (risos) Não sei. Não sou a pessoa indicada para dizer isso. O que posso dizer é que eu faço este trabalho com uma grande paixão. Paixão porque, além de ser um trabalho que me estimula e me atrai, a vida deu-me a oportunidade de estar neste momento à frente de um sector crucial para o desenvolvimento de Cabo Verde. Então, faço esse trabalho com o máximo de empenho e procuro, tal como o meu governo, desenvolver esse projecto com uma verdadeira visão de futuro. Isso motivava-me, e é nesse sentido que eu trabalho.

**- E desde que está à frente do MIT, há algum projecto que achou que deveria ter executado e que ainda não fez?**

- Naturalmente que com mais recursos estaria já a fazer muito mais.

**- Estou a dizer com os recursos que teve à sua disposição.**

- Terá ficado sempre. Mas não tenho nenhuma sensação de não ter aproveitado as oportunidades que surgiram para o país durante esse período. Penso que eu e a minha equipa, nós teremos feito o máximo para tirar o melhor proveito das oportunidades; mas é muito natural que também se pudesse fazer muito mais, só que não tenho essa sensação.

**- Disse ainda há pouco que este governo trabalha para que cada cabo-verdiano tenha uma vida melhor, infra-estruturando o país e tal... A seu ver, quais são os projectos para os próximos cinco/dez anos que seriam prioritários para se concretizar esse princípio?**

- O que nós estamos a fazer é criar as condições para um forte crescimento do turismo nos próximos anos - já está a crescer bem; mas também para transformar o país numa plataforma de prestação de serviços marítimos e aéreos. E fazer de Cabo Verde uma praça financeira, para além de um melhor aproveitamento dos recursos marinhos, através da pesca. Temos esses eixos fundamentais e estamos a investir fortemente para criar as condições para esse impulso do turismo; acabámos de aprovar, a nível do governo, um pacote legislativo que vai dar corpo à praça financeira; já avançámos muito a nível dos transportes aéreos na perspectiva da transformação dessas ilhas numa plataforma de prestação de serviços; temos projectos importantes a nível dos transportes marítimos e contactos com operadores marítimos internacionais nessa perspectiva. Portanto, eu acredito que, com essas medidas, nos próximos anos Cabo Verde vai dar um grande salto.

# DENCIAL

**- Feito esse percurso, estaria disponível para protagonizar uma proposta presidencial do lado do PAICV?**

- Sou um dirigente de topo do PAICV, porém essa não é uma questão que tenha sido posta a nível do partido.

**- Estou a dizer, pessoalmente, aceitaria o desafio?**

- Estou disponível para qualquer desafio político a nível do meu país.





## LIGAÇÃO ELÉCTRICA AO NOVO AEROPORTO DA PRAIA

**A ligação do aeroporto internacional da Praia à rede eléctrica vai custar trinta mil contos e a obra, em fase de execução, estará pronta até meados de Fevereiro, segundo garantias dadas pela Electra. Para poder instalar o cabo de média tensão que vai fornecer energia à infra-estrutura aeroportuária, a Electra obrigou a ASA a assumir o pagamento de uma dívida antiga, avaliada em 18 milhões de escudos, proveniente da colocação de um outro cabo mas que foi danificado, alegadamente por um empreiteiro ao serviço do aeroporto.**

## Erro sai caro à ASA



Segundo explicações de Rui Santos, esse problema surgiu porque o primeiro traçado que a ASA indicou à Electra estava errado. Assim sendo, o trabalho foi interrompido a meio percurso. Entretanto, o cabo de média tensão, que deveria ligar a subestação de Lém-Ferreira ao aeroporto, permaneceu enterrado no solo. “A Electra não teve responsabilidades nessa obra porque a empresa cumpriu o traçado indicado, só que esse era o caminho errado. Entretanto, uma empresa retirou o cabo de ligação e deixou-o ao ar livre. Recentemente, quando fomos avaliar o cabo para saber se podia ser ainda aproveitado, detectámos nele várias avarias”, explica o responsável da Electra, acrescentando ainda que, devido a esse erro de cálculo, a ASA ficou a dever 18 mil contos à Electra pelo serviço prestado na altura.

Esse valor teve de ser pago pela empresa aeroportuária para que a Electra pudesse colocar um outro cabo para alimentar o futuro aeroporto em energia eléctrica. Esta nova obra de electrificação do Aeroporto da Praia, que começou a ser executada e termina em meados de Fevereiro, está orçada em 12 mil contos. Totalizando, a ligação do aeroporto internacional à rede pública de energia vai ficar por 30 mil contos, isto devido a um erro no traçado inicialmente indicado pela ASA à empresa de electricidade e água.

Para Mário Paixão e Rui Santos, todas as dúvidas sobre este processo estão esclarecidas, por isso descartam quaisquer rumores sobre eventuais conflitos entre a ASA e a Electra em relação ao assunto. “Confirmo que o processo decorre na normalidade e que o aeroporto estará ligado à rede de ener-

gia em Fevereiro. Todos os testes eléctricos dentro do aeroporto foram efectuados com os geradores de emergência e funcionaram”, diz Paixão, que confirma o erro cometido no primeiro traçado. “São problemas detectados nos projectos e que são alvo de correcções. Enfim, acidentes de percurso”, acrescenta o presidente da ASA, que ainda desconhece a data para a inauguração do novo aeroporto da Praia.

## Falta de água

A promessa da Electra segundo a qual S. Vicente passaria a dispor de água corrente em casa caiu em saco roto. Avarias nos filtros dos novos dessalinizadores, que utilizam a osmose inversa no fabrico de água potável, provocaram cortes no abastecimento, que estavam

fora da previsão da empresa.

Um técnico da empresa israelita que fabricou a maquinaria está em S. Vicente para detectar a origem do defeito. É que, segundo Rui Santos, algo correu mal porque este tipo de situação não foi detectado nos equipamentos instalados na cidade da Praia. “Desconhecemos a razão do mau funcionamento dos filtros. Com a instalação dos três dessalinizadores novos, S. Vicente ficou com condições para ter água permanente na rede. Só que não contávamos com esse contratempo tão cedo”, confessa o responsável da Electra, que promete água corrente assim que o problema dos filtros ficar resolvido. Entretanto, a Electra tem estado a usar o antigo dessalinizador para poder fornecer água aos mindelenses.

Kim-Zé Brito

## Capitania acusada de prepotência

O navio Cidade Velha, colocado na linha marítima entre Santiago e Maio, tem estado a navegar em “águas turbulentas”, alegadamente “agitadas” pela Capitania dos Portos de Sotavento. A armadora Maria Antónia conta uma série de episódios para sustentar a sua convicção, segundo a qual o N/M “Cidade Velha” tornou-se vítima da “prepotência” do responsável pela Capitania sediada na cidade da Praia.

“O que mais me chateia é a prepotência e a falta de compreensão da Capitania em relação à importância social deste barco, para Cabo Verde”, afirma nas suas declarações. Além do mais, Maria Antónia reforça que a Capitania de Sotavento tem vindo a eleger “medidas punitivas” contra a companhia, com a clara intenção de “mostrar quem manda”.

Quando foi para a Inglaterra com o propósito de comprar o navio de guerra Halifax e colocá-lo na marinha mercante em Cabo Verde, Maria Antónia pensou em facilitar a vida aos passageiros que fazem a ligação entre Santiago e Maio. Enfrentou a burocracia até conseguir o registo da embarcação, no dia 30 de Abril de 2004. Todo o expediente dado em São Vicente decorreu na maior “normalidade” mas, como Maria Antónia diz, o tratamento concedido pela Capitania de Sotavento foi inversamente proporcional.

Faltavam ao navio os certificados de navegabilidade e de lotação, que foram solicitados na Praia. Para espanto de Maria Antónia, a Capitania estipulou que o navio só podia transportar 50 passageiros no máximo, quando tem capacidade para levar 67 pessoas sentadas. “Num certo dia, a Capitania chegou a colocar todos os passageiros no chão porque estávamos a transportar 67 passageiros. Solicitámos extra lotação apenas para sete pessoas e foi redondamente negada, mas sem explicação”, conta a armadora, que refere ainda outro episódio em que um doente foi obrigado a ficar no Maio, por suposta intransigência da mesma Capitania.

Para ela tudo seria natural se não tivesse “provas” sobre



“Cidade Velha” navega em dificuldades

o alegado tratamento diferenciado que a Capitania dispensa à concorrência. Conta que, cansada do que considera “perseguição” dessa autoridade marítima, decidiu frequentar os portos na altura da chegada dos navios. “Tirei fotos de passageiros viajando em cima de contentores e dentro dos barcos salva-vidas, mostrei essas imagens ao Capitão que as ignorou. Disse-me que nesses casos deveria comunicar à Capitania para poderem encontrar provas dessa infracção. Perguntei-lhe se havia mais provas que as fotografias”.

Entretanto, a situação piorou devido a um acidente que envolveu o “Cidade Velha” e uma embarcação da Capitania, durante uma manobra dentro das águas portuárias da Praia. Segundo Maria Antónia, o barco da Capitania sofreu apenas riscos no seu casco de fibra mas essa autoridade marítima quer obrigar a companhia a assumir um prejuízo de 350 contos e ainda sem direito a contestação. Além des-

ta “dívida”, a Capitania de Sotavento multou ainda a Companhia em 120 contos, alegadamente por ter transportado 24 passageiros a mais, numa viagem entre Boa Vista e Santiago. “Eu estava nesse dia presente no navio e, para evitarmos quaisquer problemas, fomos rigorosos na venda dos bilhetes. Não veio nenhum passageiro a mais”, afirma a Proprietária do barco, adiantando ainda que, se o mesmo tivesse transportado pessoas a mais, o responsável por esse acto seria o capitão do navio. Este caso obrigou Maria Antónia a endereçar uma reclamação ao ministro dos Transportes e, como diz, está disponível para levar este contencioso aos tribunais, porque a Capitania tem-lhe criado dificuldades para consultar o processo.

Um outro episódio relatado por Maria Antónia aconteceu durante o período de bruma seca. O navio foi solicitado para fazer uma viagem ao Maio e viu os seus documentos apreendidos pela Capitania, que terá exigido o pagamento dos cento e vinte contos referentes à multa, para poder liberar o desembarço. “Todos os passageiros já estavam embarcados, mas mesmo assim a Capitania não liberou o barco. Pedi ao Capitão para ser mais flexível devido aos passageiros, mas de nada não valeu”, prossegue a nossa fonte. O “Cidade Velha” só viria a partir do porto da Praia dois dias depois porque, segundo Maria Antónia, a companhia apresentou uma caução de cinquenta contos.

No entanto, a companhia mostra-se relutante em aceitar pagar a multa, de ânimo leve. Isto porque, como diz a citada fonte, o navio não ultrapassou o número de passageiros permitido e ninguém provou essa alegada transgressão.

Apesar das tentativas de contacto com o responsável da Capitania dos Portos de Sotavento, foi impossível falar deste assunto com João de Deus. Por este motivo, o jornal mostra-se disponível a ouvir a sua versão numa próxima oportunidade.

Kim-Zé Brito



# Cidade Velha pode voltar a receber Igreja Matriz

**A antiga vila da Ribeira Grande, actual Cidade Velha, outrora chamada também Cidade de Santiago, pode voltar a receber a Diocese de Santiago, quando for elevada a município. Uma ideia vista com "naturalidade" por D. Paulino Évora, já que a história da igreja nestas ilhas começou naquela localidade.**

A história da antiga vila da Ribeira Grande, primeira urbe de Cabo Verde, está em vias de conhecer uma nova reviravolta. O governo tem em preparação a sua elevação a município. Este terá como capital a Cidade de Santiago (a primeira denominação de Cidade Velha) e englobará as localidades de São João Baptista, Salineiro, Santana Belém, Pico Leão, etc. O seu centro histórico será preservado, de modo a assegurar a sua declaração como património da humanidade.

A elevação de Ribeira Grande a município enquadra-se nos trabalhos, em curso, de recuperação do património construído naquele vale da ilha de Santiago, um empreendimento que vem sendo realizado com a ajuda dos governos de Portugal e Espanha. Nesse âmbito, com vista à revalorização da Cidade Velha, o governo decidiu devolver àquela localidade a sua importância histórica e política, criando o

município da Ribeira Grande.

A ideia, ao que tudo indica, caiu no agrado do Bispo de Santiago, que esta semana visitou a Cidade Velha na companhia do primeiro-ministro José Maria Neves, percorrendo os vários edifícios e monumentos em avançado estado de recuperação. D. Paulino Évora não descartou, inclusive, a possibilidade da Cidade de Santiago, primeira denominação de Cidade Velha, voltar a ser a sede da sua Diocese. *"Poderá ter-se em conta todo o valor histórico que tem para a Igreja Católica, não há nenhuma dificuldade disso acontecer, se oferecer condições de habitabilidade e de funcionalidade"*, afirmou.

D. Paulino Évora recordou que a primeira sede da igreja em Cabo Verde era na antiga Cidade de Santiago, que mais tarde passou a denominar-se Ribeira Grande e que com a decadência desse centro urbano, foi transferida para São Nicolau e mais tarde para a Cidade

da Praia. Para aquele prelado, percorrer e ver de perto as obras de recuperação dos antigos edifícios da Cidade Velha, quase todas ligadas à igreja, levou-o a viver *"a raiz do nosso passado e o nosso estar"*. Satisfeito, ele formulou votos que a recuperação continue a ser feita com *"muita sensibilidade e com muito rigor"*.

Por seu turno, o primeiro-ministro adiantou que tudo vem sendo feito para que o projecto Cidade Velha venha a ser concluído o mais depressa possível, tendo em conta a importância que o mesmo poderá ter para aquele futuro município, preservando o seu traçado e não só. *"Vamos trabalhar no sentido de tomar essas medidas o mais rapidamente possível para reabilitarmos a história desta cidade e utilizarmos todo o património histórico que existe aqui, para promover Cabo Verde e para promover o seu desenvolvimento cultural e económico"*, salientou José Maria Neves.



Sexta-feira, 28 de Janeiro de 2005

Correio das ilhas

## NOVO DIÁCONO EM SANTO ANTÃO

# Sinal de vitalidade da fé

Centenas de fiéis da zona norte de Santo Antão e de outros pontos do país vão assistir, no Terreiro da Vila da Ribeira Grande, à ordenação diocesana de José Mário Gonçalves, jovem nascido em Portugal mas filho de pais cabo-verdianos. Uma cerimónia, marcada para as 10 horas do próximo domingo, que é vista desde já pelos paroquianos daquela região como um sinal da vitalidade da fé católica entre os jovens. E isso numa semana em que dois colegas de José Mário foram também ordenados diáconos, na cidade da Praia.

José Mário Gonçalves será ordenado diácono pelo Bispo do Mindelo, D. Arlindo Furtado, numa *"missa ao ar livre"* em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário, onde estarão presentes familiares e amigos daquele religioso, além de fiéis de várias partes do país. E a julgar pelo empenho dos paroquianos nos preparativos, a cerimónia será repleta de emoções até porque *"um acto como este toca a sensibilidade das pessoas e faz com que todos reflectam, de forma positiva, sobre os valores e a fé cristã"*, expressa Maria da Luz.

Os sacerdotes de Santo Antão também têm feito de tudo para que a cerimónia seja *"toda ela bonita, à semelhança da ordenação do padre Lino Paulino, que aconteceu no mesmo local no passado mês de Agosto"*, garante o pároco Manuel Ferreira, o padre Ima da Ribeira Grande. Deseja-se mesmo que a missa de domingo sensibilize alguns jovens santantonenses, já comprometidos com a Igreja, a optarem pela vida sacerdotal, de modo a que no futuro possam colmatar o défice de padres na Diocese do Mindelo. Basta lembrar que D. Arlindo Furtado já disse que



Os dois novos diáconos de Santiago com o Bispo D. Paulino Évora

precisa de cerca de 30 sacerdotes para cobrir as necessidades daquela região do país.

De todo o modo, José Mário será um *"reforço importante"* para a equipa sacerdotal da zona norte de Santo Antão que, com apenas dois padres, serve cinco paróquias. Tal como os amigos Carlos Varela e José Eduardo Furtado — que foram ordenados diáconos no domingo passado, na cidade da Praia — a partir da cerimónia que será presidida pelo Bispo do Mindelo, José Mário já pode celebrar matrimónios, pregar evangelho, entre outras funções.

Na verdade, já no próximo domingo aquele jovem desempenhará a sua primeira função sacerdotal, distribuindo a comunhão aos fiéis. Por isso mesmo, ele deverá encarar a cerimónia como um *"dom de oferta"*, segundo expressão do

seu colega de curso, José Eduardo. *"A ordenação é um momento de alegria e de agradecimento a Deus para a nossa vocação. Ele quis oferecer à nossa comunidade mais duas pessoas — e com José Mário serão três — que caminharão sempre ao lado dessa comunidade"*, salienta o recém ordenado diácono.

Sim, porque no último domingo, quando Carlos Varela e José Eduardo receberam a imposição das mãos de D. Paulino Évora, no seminário de São José, Praia — após sete anos de uma caminhada comum, na fé e no amor ao próximo —, entregaram as suas vidas aos desígnios de Deus. Por isso os pais dos dois jovens, exultantes de alegria, orgulhavam-se da obra feita e se entregavam à emoção do dever cumprido.

Um deles, João Varela, pai do agora diácono Carlos Varela ao ser abordado pela reportagem de **A Semana** não tinha palavras para descrever a sua emoção. *"É uma alegria e satisfação tão grande, porque foi sempre o meu desejo ver um dos meus filhos receber o primeiro grau no sacramento da ordem"*.

Decerto que depois de amanhã serão os familiares de José Mário a experimentar sentimentos semelhantes. Quanto mais não seja, porque vai juntar-se a outros dois padres jovens para não só servirem a comunidade na fé, como também ajudarem outros jovens a clarificarem a sua opção pela vida religiosa.

De referir que José Mário licenciou-se em Coimbra e fez o estágio na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, na Ribeira Grande. Portanto, ele já conhece os cantos da paróquia onde vai desempenhar as funções sacerdotais.

JAM/AC



PEDRO CARDOSO

# Ribeira Principal, letra a letra

TRINTA ANOS DE ALFABETIZAÇÃO EM Cabo Verde. A crónica do jornalista Pedro Cardoso fala de uma destas batalhas na Ribeira Principal, interior de Santiago.

A, b, c, soletre e repete. A, b, c aprendido, avança. Junta as letras, escreve o teu nome - o verdadeiro, não o codificado em impressão digital do dedo que aponta. Lê o livro, lê e escreve. A, b, c em ladainha repetida durante trinta anos. Três décadas de alfabetização em Cabo Verde comemoradas este domingo em Ribeira Principal, no concelho de S. Miguel.

Sopa de letras, de música, de discursos e rolon. Toda uma festa de olhar atento e silencioso, abafado pela aparelhagem sonora que, segundo explica um técnico de som às crianças, "dá choque". Electricidade estática no ar. Comemora-se a sabedoria e o cruzar do patamar da ignorância.

Cabo Verde transposto para números — um quarto da população analfabeta. Ribeira Principal, exemplo perfeito das assimetrias e disparidades na distribuição desta taxa de alfabetização fixa em 75%. Terra rural encravada em montanhas e acessível em chão de pó, "abc" que demora a chegar.

Uma enorme massa humana ocupa o recreio da escola de Ribeira Principal, os telhados e muros do edifício. Ultrapassa certamente as trezentas pessoas para quem se está a preparar feijão, arroz, xerém e sopa de rolon. Em fogo brando, os panelões de comida fervem. Em ebulição tranquila, mulheres, muitas mulheres permanecem de pé, no átrio. São

representantes bem dispostas do grupo mais afetado pela miopia das letras. Lenços na cabeça, cores que saltam.

De entre elas surge uma, que se apodera do microfone. Caminhar seguro, palavras que arrancam gargalhadas, tranças pendentes numa cabeça que se sujeitou a horas e horas de estudo para "poder aprender". É o exemplo de uma mulher alfabetizada. "Antes olhava para uma folha e via tudo negro; agora a escuridão virou claridade". Palmas, a mulher agradece, tranças dengosas que se perdem novamente na massa humana.

Educação, alfabetização e consciência. Trinta anos de letras que os responsáveis pelo programa promovido pelo Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos esperam que se transformem em comportamentos. Formação da cidadania e ações de sensibilização para a saúde e preservação do ambiente, são os novos desafios propostos pela Direcção Geral de Alfabetização e Educação para Adultos, em colaboração com a Rádio Educativa.

São novas estratégias que começam a ser adoptadas no recreio de Ribeira Principal. Dá-se início a um concurso sobre saúde escolar com a figura de um menino que já foi sujo, por referência. O que deve fazer para ser como o Zé Tchôco? "Lavar-me, tomar banho, lavar os dentes". Palmas e prémio, embrulho de pasta dentífrica e sabão. Quantas gotas de lixívia são precisas para desinfetar um litro de água? "Dez". Não, são duas, e deve-se esperar meia

hora para a poder consumir! Menino que era mas leva prémio "por ter tido a coragem de vir aqui responder à pergunta".

Água desinfectada que não cura todos os males do corpo. As informações saltam da voz de um rapaz que pega no microfone. Fala-se de SIDA. A voz sobe gradualmente de tom e emoção. Dissertação sobre as formas de contágio do vírus, "relações sexuais não protegidas", "partilha de seringas", lição sobre a forma como "os doentes têm que ser tratados com carinho". O microfone balança nas mãos do rapaz vestido de negro, que tenta tornar claro o que é a SIDA. A voz cessa com a apoteose da população, palmas, sempre palmas.

Cantam-se hinos aos professores, tocam-se violões com saudades do Pantera, as colunas debitam um Gil Semedo que canta e agradece a vida devolvida, grupos de pequenos guerrilheiros tomam de assalto as salas de aula, caminham sobre as mesas, saem e entram pela janela vingando os músculos entorpecidos em longas horas de "ter que aprender" sentados e em silêncio. Sala de aula, território libertado, território livre. Na parede, uma ordem - "é obrigatório falar português".

"Com a barriga não se brinca", grita alguém. Feijão, arroz, xerém e sopa servida quente na Ribeira Principal. A festa prossegue, as barrigas enchem-se, uma mulher aproveita a multidão para vender cerveja e refrigerantes. Prazer em forma liquefeita que corre pelo corpo. A, b, c, a festa promete continuar.

## VÍTIMA DESMENTE EX-PARAQUEDISTA



# O lado diferente da estória

Uma versão completamente diferente surge acerca do confronto entre o ex-paraquedista do exército norte-americano e um alegado assaltante, no dia 1 de Janeiro, na cidade do Mindelo. A vítima das facadas, tida como o potencial ladrão, alega inocência e acusa o ex-militar de agressão física gratuita, em plena rua e não dentro da residência.

Conforme o relatado na nossa edição do dia 7, tudo aconteceu, segundo "T", quando estava de regresso à casa, por volta das três horas da madrugada. Ao passar pelo chamado campo de basket, nas imediações do restaurante Sodade, ouviu alguém chamar pelo seu nome e pedir socorro. "Prestei atenção e vi um rapaz a correr, sendo perseguido por dois homens, um deles armado com uma catana e uma faca. Um dos rapazes escondeu-se atrás de mim, gritando que o queriam matar. Ele estava ferido nas mãos e tinha sangue na camisa", conta "T", que ficou entre o homem armado e o fugitivo. Na expectativa de apaziguar o ambiente, garante que pediu ao agressor para chamar a Polícia.

"Neste meio tempo, o rapaz aproveita a oportunidade e foge. Aí, o homem armado voltou-se para mim e disse que deixei o outro fugir porque éramos colegas. Respondi-lhe que nada tinha a ver com esse indivíduo", prossegue "T" que, segundo afirma, jamais pensou que poderia pagar pela ira do perseguidor.

"Ele continuou a dizer que eu ia pagar e a dado momen-

to desfere um golpe que me atinge uma costela do lado esquerdo", diz o nosso entrevistado, assegurando que não estava armado para se defender. Uma vez ferido, "T" pensou que o outro iria "descontrair-se" e chamar a POP. Mas, em vez disso, levou uma segunda facada no mesmo lado do corpo, isto na presença do colega do agressor.

"Aí, eu bati com os mãos no capô de um carro e logo apareceram algumas pessoas. Disse a uma delas que estava sendo agredido, para telefonar à POP." Mesmo com testemunhas, "T" continuou a ser perseguido pelo ex-paraquedista, como conta, enquanto se escondia atrás de uma viatura. Nalgumas situações teve mesmo de amparar os golpes com os pulsos, o que lhe provocou cortes, embora pouco profundos.

Entretanto, "T" resolve fugir, quando repara que o colega do ex-militar tinha agarrado um dos dois fugitivos e o mantinha cativo dentro de um carro. "Mas ele tentava sair do carro, até que conseguiu quebrar o vidro de uma das portas e fugir. O outro partiu em sua perseguição e fiquei entregue ao homem armado".

Durante alguns minutos, "T" aguentou a fúria do atacante, até que surge uma outra pessoa e tenta apaziguar os ânimos. "Esta pessoa voltou-se para ele e disse: 'se o matares vais ser responsabilizado e sabes que ele nada tem a ver com este caso'. Aí ele respondeu: 'se ele morrer dizemos que era ele quem estava lá dentro de casa'", continua "T" a

contar a sua versão.

O clima foi-se amainando e, a dada altura, o ex-militar oferece-lhe um pano para limpar o sangue que saía abundante dos ferimentos, principalmente do lado das costelas. Segundo "T", dava até para torcer o pano, tanto sangue estava a vazar. "Depois ele pediu-me o pano de volta. Agora percebo que a intenção dele foi sujar a casa dele com o meu sangue e 'provar' que estive lá dentro", acrescenta.

Transportado no carro da POP para o hospital, "T" foi suturado com quase cinquenta pontos. Três dias depois recebeu "alta" e "sem qualquer receita médica", algo que o chocou. Como diz, tinha as costelas partidas e estava cheio de dores, por isso desconfia que foi "despejado" por ser considerado alguém perigoso. Na realidade, "T" reconhece que já esteve preso quatro vezes por furto. Mas alega que pagou a sua dívida para com a sociedade e que agora não precisa mais furtar para poder viver.

Esta versão vem contrariar a história contada pelo ex-paraquedista, que afirma ter encontrado o suspeito dentro da sua própria casa, na madrugada do dia 1 de Janeiro. A luta corporal começou na sala de visitas e terminou na rua, nas suas palavras.

Entretanto, a Judiciária nega comentar as duas versões, por considerar que o caso se encontra sob investigação policial.

## CASO ARLINDO FIGUEIREDO

Quarenta dias após a prisão preventiva de Black, suspeito do atentado à vida do procurador da República Arlindo Figueiredo, o advogado do mesmo vem agora dizer que os factos invocados pelo Tribunal, para a detenção do seu cliente, são “insustentáveis e insuficientes”. Alcindo Vieira (foto) recomenda que tendo em conta a delicadeza do caso, este seja analisado com “objectividade e rigor”.



# Advogado do suspeito diz que “os factos invocados são insustentáveis”

O tempo passou mas o país não esquece o atentado que em Dezembro do ano passado abalou estas ilhas, provando que nenhum cidadão está imune ao crime. Com o alegado autor dos disparos atrás das grades, e sem data para o seu julgamento, o que corre pela boca do povo, nas palavras de Alcindo Vieira, é que o Black já é um criminoso e não um alegado suspeito. “Aqui em Cabo Verde quando o acusado é constituído arguido deixa de ser para passar a um verdadeiro condenado, antes do tempo”.

Entretanto, apesar do processo se encontrar em segredo de justiça, o defensor público de Black resolveu abrir uma excepção a este jornal sem, no entanto, referir a algo que “possa prejudicar a investigação e a estratégia da defesa”. Assim, além de recusar o estatuto de “criminoso” para o seu constituinte, Alcindo Vieira vai mais longe afirman-

do que as provas apresentadas pelo tribunal “são insuficientes” para condenar o seu cliente.

“Nós entendemos que os pressupostos evocados pelo tribunal não corporizam a solução que conduziu à prisão preventiva, ou seja, os factos evocados, que não vou dizer quais, são insustentáveis. Isto porque as provas criadas ou colhidas no processo, que também não vou dizer quais, são insuficientes”. E que “ao direito pertence o fim primário de defesa social que se realiza pela punição, mas também pela preservação da liberdade dos inocentes”.

Uma liberdade que o entrevistado de **A Semana** quer para o Black. Assim, baseando-se nas garantias com assento constitucional, assegura que vai fazer tudo o que estiver ao seu alcance para defender o seu cliente, “uma pessoa pacífica” e que mesmo preso encontra-se “bem, sereno, tranquilo e inocente”. Para isso pro-

vidências estão a ser tomadas.

“Na qualidade de defensor officioso dele, posso requerer para a sua defesa os seus direitos e garantias individuais, a intervenção dos órgãos jurisdicionais competentes. Na sequência da decisão do juiz, que decretou a prisão preventiva, já apresentei alegação ao recurso ao STJ pedindo a sua soltura imediata”.

Para terminar, o entrevistado de **A Semana** reafirma a sua confiança na justiça. E diz entender que “diante desta situação, que é tão delicada, deverá haver a necessidade de um esforço de objectividade e de uma análise rigorosa do crime do Palmarejo”.

Recorde-se que o magistrado Arlindo Figueiredo e sua família foram vítimas de um atentado no dia 9 de Dezembro, perto da sua residência, naquele bairro da Praia. Na altura, Figueiredo foi surpreendido com cinco tiros que

lhes atingiram as pernas e o abdómen, e um sexto disparo atingiu o filho.

Evacuado desde então para Portugal para tratamento médico, o magistrado revelaria ao jornal “Correio da Manhã” que o seu agressor é “um deportado cabo-verdiano que actuou a mando de alguém” porque estava “a investigar casos relacionados com tráfico de droga e entrada ilegal de dinheiro no país”.

Segundo Figueiredo, o desconhecido que o tentou matar é “um indivíduo cabo-verdiano, de 25 a 30 anos, com boné na cabeça, deportado dos EUA”.

Uma semana depois a PJ prendeu o presumível autor dos disparos, José Euclides Lopes, mais conhecido por Black. Este foi apresentado ao Tribunal da Praia no dia seguinte. E, alegando “indícios fortes”, o juiz do 2º juízo cível, Júlio Afonso, decretou a prisão preventiva do suspeito, aguardando-se agora o desenlace do caso. Paula Mosso

Sexta-feira, 28 de Janeiro de 2005

Social

## POLÍCIA ESFAQUEIA AMANTE

O agente da Polícia de Ordem Pública, João de Deus Tavares esfaqueou a sua companheira, Adelina da Veiga, esta terça-feira, no concelho de São Domingos. Não satisfeito com isso, o agressor ainda teve tempo para deslocar-se a Assomada e incendiar o salão de cabeleireiro que a mulher tem montado nesta cidade do interior de Santiago. O ciúme é tido como a principal causa deste acto tresloucado.

O golpe veio de quem menos se esperava: um agen-

te da POP. Em vez de zelar pela segurança, o agente João de Deus Tavares — movido ao que tudo indica, por um ataque de ciúme — desferiu várias facadas na mulher com quem vivia maritalmente. O caso aconteceu na manhã de terça-feira, na residência da mãe de Adelina, quando esta a visitava. Conduzida de imediato ao hospital da Praia, Adelina foi suturada com 30 pontos, boa parte deles no rosto, segundo fontes deste jornal.

Ainda de acordo com as mesmas fontes, depois do acontecido o agressor viajaria até Assomada, onde incendiaria todos os materiais que se encontravam dentro do salão de cabeleireiro da mulher. O agressor acabou, entretanto, por ser apanhado pelos seus colegas da POP no mesmo dia. E, neste momento, depois de algumas horas no Comando da Praia, Tavares encontra-se “junto dos seus familiares, esperando o andamento do processo”. PM